INTERSINDICAL DEFENDE REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Capital - 3/8/76

A Intersindical emitiu um extenso comunicado acerca do plenário reunido no Instituto Superior Técnico, no passado dia 29, no qual declara:

«No primeiro ponto da ordem de trabalhos — Contratação Colectiva e Política Salarial — que retomava os debates iniciados no plenário de 12 de Julho passado, foram aprovados por unanimidade os três documentos submetidos ao plenário, a saber:

— Sobre a defesa do poder de compra dos trabalhadores;

— Sobre o grupo de trabalho da contratação colectiva;

— Sobre o salário mínimo nacional.

Este último documento originou várias intervenções, merecendo um interessa especial a seguinte passagem:

"Por isso, em face de todos os elementos alinhados, propõe-se que o secretariado da Inter seja mandatado para negociar com o Governo:

— A rápida actualização do salário mínimo nacional, de forma que seja recuperado o poder de compra perdido desde a data em que entrou em vigor o actual salário de 4000$00 (1-6-75) até à da entrada em vigor do novo salário;

— O estabelecimento de medidas a fim de que o salário mínimo que venha a ser estabelecido, seja efectivamente cumprido pelas empresas, e não suceda o que ainda acontece em muitas empresas ou distritos do País, onde os trabalhadores não recebem o salário mínimo nacional".»

Prossegue o comunicado:

«Sobre o conjunto dos três documentos foi apresentada uma moção subscrita pelo Sindicato da Construção Civil de Lisboa, Químicos de Lisboa, Metalúrgicos de Lisboa e Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que foi aprovada com três votos contra e uma abstenção, após numerosas intervenções.

É o seguinte o texto dessa moção (integral):

"Considerando:

— os documentos aprovados na generalidade no plenário de 12-7-76 da Intersindical Nacional, sobre contratação colectiva e política salarial;

— os textos distribuídos neste plenário, respectivamente, 'Bases para a elaboração do projecto de lei de contratação', sobre o 'salário mínimo nacional' e sobre o 'Grupo de trabalho da contratação colectiva';

— a discussão realizada nas estruturas do movimento sindical acerca desses temas e os respectivos resultados, já dados a conhecer a este plenário;

— a necessidade de prosseguir a discussão e o estudo pelo movimento sindical, acerca da política de contratação colectiva e política salarial;

— as vantagens resultantes da coordenação da política salarial e da contratação colectiva seguida pelos sindicatos, em ordem à unidade dos trabalhadores e à eficácia das suas lutas."

"Considerando:

— a necessidade de prosseguir a luta junto dos órgãos do Poder, pela revogação da lei da contratação colectiva e a elaboração de uma nova lei em conformidade com a Constituição e os direitos dos trabalhadores;

— a premência da actualização do salário mínimo nacional por forma a que seja efectivamente cumprido especialmente nas pequenas e médias empresas;

Projecto de lei da contratação colectiva

O plenário da Intersindical Nacional, reunido em 29-7-76, aprova:

1 — A mais ampla divulgação e discussão desses documentos nas estruturas do movimento sindical, na Imprensa sindical e através das estruturas sindicais de empresa.

2 — A constituição, já efectuada, do grupo de contratação colectiva e a dinamização da sua actividade indispensável para a coordenação da política de contratação e de salários seguidos pelos sindicatos, sem prejuízo da plena autonomia destes, e para a definição de uma linha comum de orientação do movimento sindical nestas matérias, o que também exige uma sólida estrutura técnica de apoio.

3 — Que o secretariado da Intersindical colabore, com base nos documentos 'Bases para elaboração do projecto lei da contratação colectiva' e tendo em consideração as apreciações, sugestões e propostas que, por escrito e no prazo de 20 dias, os sindicatos (filiados ou não), federações e uniões deverão apresentar — um projecto de lei da contratação colectiva

4 — Que este projecto seja apresentado e defendido junto dos órgãos do Poder (Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo) após aprovação no Conselho Geral da Intersindical Nacional e no Grupo de Contratação Colectiva e amplamente divulgado aos trabalhadores.

5 — Que a comissão eleita no plenário, realizado em 12 do corrente, efectue os contactos oficiais necessários com vista à revogação do Decreto-Lei n.º 164-A/76.

6 — Que na negociação com o Governo acerca do salário mínimo nacional, a realizar pelo secretariado da Intersindical Nacional, seja devidamente acautelado e considerado o controlo do cumprimento do salário mínimo, a participação dos sindicatos nesse controlo e a situação real das pequenas e médias empresas".»

Congresso sindical

Conclui o comunicado:

«Com respeito ao segundo ponto da ordem de trabalhos — Congresso Sindical — foi reafirmado que, tendo sido "desenvolvida uma ampla acção de esclarecimento e discussão sobre os objectivos do congresso, nomeadamente a necessidade de reforçar a unidade do Movimento Sindical e adaptá-lo à situação política actual", o congresso não deverá, para atingir tais objectivos, "ser limitado aos sindicatos aderentes à Intersindical, quer no que respeita à sua realização, quer, também, quanto à sua preparação".

O plenário da Intersindical decidiu assim, aceitar "no espírito unitário e aberto que tem presidido à preparação do congresso" as deliberações que viessem a ser tomadas na reunião geral de sindicatos marcada para às 15 horas do mesmo dia e no mesmo local.

Os trabalhos foram encerrados cerca das 14 horas, deixando em todos os participantes a certeza de que a Intersindical se encontra cada vez mais coesa e de que a unidade de todos os trabalhadores deste País é uma força em constante progressão, contra a qual serão inoperantes quaisquer tentativas para minimizar os interesses, ou desconhecer os direitos, das classes trabalhadoras portuguesas.»

Reunião geral de sindicatos

Na reunião geral de sindcatos a que atrás se fez referência foi aprovada a seguinte proposta:

«Que a mesa de reunião geral dos sindicatos promova todos os contactos necessários para se efectivar rapidamente uma nova RGS onde seja eleita a comissão organizadora do congresso; que a mesa da reunião geral dos sindicatos recolha as sugestões feitas nesta reunião, e as outras que venham a ser apresentadas pelos sindicatos, e — tendo em conta os pontos sobre os quais se chegou a um consenso — proponha um projecto de regulamento do congresso e o distribua por todos os sindicatos.»

Vasco da Gama recebe Intersindical

D2x 3/8/76

O Secretariado da Intersindical avistou-se, na sexta-feira passada, com o Presidente da Mesa da Assembleia da República, a quem fez entrega dos documentos aprovados no Plenário da «Inter» do dia 12 de Julho. A Intersindical felicitou, também, o dr. Vasco da Gama Fernandes pela sua eleição para aquele cargo, e manifestou-lhe o seu «agrado por essa escolha ter recaído sobre um homem de uma grande coerência política, com um passado de luta antifascista que é uma sólida garantia de que sob a sua condução, a Assembleia da República zelará pela defesa das conquistas democráticas, pelo respeito e aplicação da Constituição e pelo avanço da revolução democrática rumo ao socialismo».

Segundo informa a «Inter», Vasco da Gama Fernandes exprimiu a sua «determinação de estar em permanente contacto com os trabalhadores antifascistas, comprometendo-se a dar conhecimento à Assembleia da República das preocupações e anseios das classes trabalhadoras».

SINDICALISTA SUSPENSO

Em telegrama aos órgãos superiores do poder, o secretariado da Intersindical protesta «veementemente contra a suspensão arbitrária do dirigente sindical dos metalúrgicos de Viseu, José Figueiredo, trabalhador da Fapa». A «Inter» considera que se registou, neste caso, uma violação evidente da Lei Sindical e desrespeito pelos trabalhadores da empresa, do Sindicato e do delegado do Ministério do Trabalho naquela cidade, exigindo, por isso, o imediato levantamento da suspensão e a intervenção das instâncias competentes na resolução do conflito.

José Figueiredo foi suspenso pelo patrão da empresa onde trabalha, a Fapa.

INTER CONTRA SUSPENSÃO DE DELEGADO SINDICAL

Diário 3/8/1976

Exigindo o «imediato levantamento da suspensão e intervenção das instâncias competentes na resolução do conflito», o secretarido da Intersindical Nacional, tomando posição face à suspensão do dirigente sindical dos metalúrgicos de Viseu, José Figueiredo, enviou um telegrama ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao ministro do Trabalho.

No seu telegrama, o secretariado da Intersindical «protesta veementemente contra a suspensão arbitrária» daquele dirigente sindical, levada a cabo pelo patrão da empresa onde trabalha, a FAPA. O secretariado da Intersindical considera que aquela suspensão é uma «evidente violação da Lei das Associações Sindicais e desrespeito pela decisão dos trabalhadores da empresa, do Sindicato e do delegado do Ministério do Trabalho de Viseu».

CONGRESSO DOS SINDICATOS

D2x-3/8/76

Discordâncias podem ser ultrapassadas

— assegura a "Inter" após reunião de sexta-feira

Dos 31 artigos do projecto de regulamento do II Congresso dos Sindicatos Portugueses, elaborado pelo Secretariado da Intersindical e apresentado na reunião geral de sindicatos realizada na sexta-feira à tarde, apenas onze suscitaram divergências de pormenor ou de fundo entre as representações presentes, de diversas linhas sindicais.

A questão de fundo que deu origem ao desacordo em relação a alguns artigos é a participação no Congresso da estrutura sindical criada e desenvolvida pelos trabalhadores portugueses — diz o gabinete de Informação da Intersindical. Saliente-se que foram objecto de aceitação unânime alguns aspectos fundamentais, tal como a ordem de trabalhos (alteração dos estatutos; análise, discussão e aprovação do programa de acção; lei sindical; eleição do secretariado; etc.) ou a proposta apresentada quanto à data da realização do Congresso.

«Do conjunto das posições definidas nas intervenções, ressaltou a certeza de que é possível ultrapassar as discordâncias», garante a Intersindical. «Esta reunião criou, de resto, as condições para que a preparação do Congresso decorra agora de forma unitária e para que cessem definitivamente as iniciativas paralelas».

Recorde-se que, de acordo com uma proposta então aprovada, a «mesa» ficou encarregada de promover todos os contactos necessários para se efectivar rapidamente uma nova reunião geral de sindicatos, onde será eleita a comissão organizadora do Congresso; ficou também mandatada para recolher as sugestões apresentadas, de modo a poder propor, tendo em conta os pontos sobre os quais se chegou a um consenso, um projecto de regulamento do Congresso, a distribuir por todos os sindicatos.

Na reunião da última sexta-feira estiveram presentes 244 sindicatos (35 dos quais não filiados na Intersindical), cinco federações e treze uniões, representando cerca de um milhão 466 mil trabalhadores, dos quais 259 mil inscritos em organizações sindicais que não aderiram à central sindical.

APÓS UMA EXPOSIÇÃO DE 4 HORAS

PROGRAMA DO GOVERNO DEIXA MUITAS INTERROGAÇÕES

Diário 3/8/76

A revogação da Lei da Unicidade Sindical e a revisão da Lei da Greve e da Lei da Contratação Colectiva são algumas das medidas de política laboral incluídas no Programa do Governo, cujas linhas fundamentais foram ontem reveladas à Assembleia da República, através de uma longa comunicação do Primeiro-Ministro. O Programa, que só ao fim da tarde foi distribuído integralmente aos vários partidos representados na Assembleia e aos órgãos da Informação, preenche um documento de 260 páginas e, além de uma breve introdução e de uma parte em que se expõe o «enquadramento político-constitucional», define os «objectivos e políticas do Governo», ao longo de sete capítulos assim intitulados: «Construir o Estado democrático», «Planear e reorganizar a economia», «Assegurar a estabilização financeira indispensável à recuperação económica», «Consolidar as estruturas produtivas, combater o desemprego e expandir a produção», «Promover uma maior justiça na distribuição dos rendimentos», «Responder às necessidades básicas da população e promover a qualidade da vida» e «Afirmar uma política de independência nacional e de cooperação internacional a favor da paz».

A síntese do programa apresentada aos parlamentares pelo dr. Mário Soares, numa exposição que se prolongou das 15.30 às 20.30, foi sublinhada, em várias passagens por aplausos dos deputados socialistas, por vezes acompanhados por deputados do PPD e do CDS.

A sessão parlamentar prosseguiu às 22 horas, com a formação de pedidos de esclarecimento por parte dos deputados dos partidos representados na Assembleia: Sá Carneiro, pelo PPD; Carlos Brito, pelo PCP; Amaro da Costa, pelo CDS e Acácio Barreiros, da UDP.

Dos quatro intervenientes, o secretário-geral do PPD foi incontestavelmente o que colocaria menos questões ao Governo.

Entre os pedidos de esclarecimento que formulou, quis saber, em termos quantitativos, como vai ser distribuído o rendimento nacional, e como será assegurada a autonomia dos Açores e Madeira. Sá Carneiro mostrou-se igualmente preocupado em saber se o Governo vai manter ou não os actuais princípios da legislação sobre a Reforma Agrária.

Seguiu-se-lhe o vice-presidente do CDS, eng.º Amaro da Costa, que, entre numerosas perguntas, mostrou curiosidade em saber se, efectivamente, «o processo de nacionalizações está encerrado». Pediu também para ser esclarecido sobre qual a orientação do Governo em matéria de reprivatização de empresas nacionalizadas.

Entre os grupos parlamentares, foi, no entanto, o PCP, pela voz de Carlos Brito, que colocou um maior número de questões. Designadamente, quis saber se é «intenção do Governo tomar as medidas necessárias para que sejam asseguradas em todo o território nacional as liberdades e direitos dos cidadãos consignados na Constituição»; «se é intenção do Governo entregar aos antigos proprietários as empresas que eles sabotaram»; «se é intenção do Governo promover a desanexação de herdades das cooperativas e unidades colectivas de produção»; «se é intenção do Governo proceder à regular actualização dos salários, acompanhando o regular aumento do custo de vida».

Outras perguntas formuladas por Carlos Brito: «É intenção do Governo fazer julgar os pides?»; «É intenção do Governo não interferir, nem contrariar, os esforços que a Intersindical e os sindicatos estão fazendo no sentido de realizarem o seu Congresso e reforçarem a unidade?» «É intenção do Governo fazer aplicar a Lei do Arrendamento Rural?» «É intenção do Governo impedir os despedimentos sem justa causa?» «É intenção do Governo pagar indemnizações aos grandes capitalistas e aos agrários no momento em que anuncia uma política de austeridade?»

Após ter intervindo o deputado da UDP, a sessão foi suspensa por uma hora, para prosseguir, à hora a que encerramos esta edição, com as respostas do Governo aos pedidos de esclarecimento formulados.

INTERSINDICAL RECEBIDA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Diário 3/8/76

"O dr. Vasco da Gama Fernandes manifestou a sua determinação de estar em permanente contacto com os trabalhadores antifascistas, comprometendo-se a dar conhecimento à Assembleia da República das preocupações e anseios das classes trabalhadoras", afirma a Intersindical, em comunicado relativo à visita que o Secretariado da Central Única dos trabalhadores portugueses efectuou, no dia 30 do passado mês, ao Presidente da Assembleia da República, a quem fez a entrega dos documentos aprovados no plenário do dia 12 de Julho.

O Secretariado da Intersindical Nacional aproveitou a ocasião para manifestar ao dr. Vasco da Gama Fernandes as felicitações pela sua eleição para Presidente da Assembleia da República.

DIÁRIO POPULAR
LISBOA
3 AGO. 1976

O GOVERNO PERANTE A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

MÁRIO SOARES DEFENDE UMA POLÍTICA DE ACALMIA

Onze horas depois de terem dado entrada em S. Bento, os duzentos e tantos deputados, mais os ministros e umas centenas de populares abandonaram o hemiciclo, banhados em suor, pensando num banho retemperador e num bom sono, mas certamente que bem satisfeitos por terem participado de perto em mais uma jornada dura e cansativa, mas importante da nossa vivência democrática só possível depois de 25 de Abril. Foram onze fastidiosas horas, intervaladas aqui e além para mais uma troca de impressões, para tomar um refresco e naturalmente para jantar, que marcaram decisivamente a importância de que se revestiu o acto político de apresentação do programa do primeiro Governo Constitucional. Outra novidade, e bem importante. Para uma pessoa pouco experiente nestas questões parlamentares um fenómeno de se lhe tirar o chapéu. E a verdade é que será importante avisar desde já o leitor que nada de anormal se passou a justificar todas estas horas de debate. O articulado do Regimento foi cumprido na íntegra, e assim Mário Soares falou durante umas quatro horas, com três intervalos, depois veio o intervalo para o repasto, de hora e meia, e às dez da noite lá estavam os representantes dos partidos a colocar as suas perguntas e as suas interrogações a tudo aquilo que tinham acabado de ouvir. Depois a resposta do chefe do Governo e já estão as onze horas. O bonito teria sido se Mário Soares tivesse lido folha por folha, linha a linha todo o seu programa de 260 páginas que ele trazia muito bem guardadinho dentro de uma enorme pasta castanha. Mas o primeiro-ministro chamou a atenção de toda a gente que se o fizesse segundo os seus cálculos levaria pelo menos dez horas... e como tal preferiu resumir o conteúdo antes de entregar a cada deputado o original. A democracia tem destas exigências e propositadamente deixámos escritas estas linhas para que o leitor se aperceba convenientemente de algumas das suas dificuldades e canseiras.

Mário Soares, antes de entrar propriamente na apresentação das linhas políticas, se assim se lhe pode chamar, do seu programa, faria uma autocrítica ao considerar que, ao contrário do que o grupo parlamentar do seu partido tinha feito aprovar lhe tinha parecido mais próprio apresentar um programa escrito e devidamente esclarecedor do que apresentá-lo oralmente, muito embora a princípio tivesse defendido o ponto de vista dos seus camaradas. Desta forma na sessão de ontem da Assembleia da República acabou por não se fazer a apresentação, pelo primeiro-ministro, do programa governamental, substituído por um discurso de apresentação e pela entrega a todos os deputados do texto programático (quando saímos de S. Bento já quase toda a gente tinha as 260 páginas).

Foram assim definidas e sintetizadas pelo primeiro-ministro as grandes linhas de força do programa, algumas das suas principais medidas e os pontos «porventura mais polémicos e controvertidos» bem como a filosofia subjacente ao programa. Mais à frente Mário Soares diria que no texto final do programa irá constar não somente este texto, como o discurso de ontem e o final em que serão integradas as correcções que o Governo julgar legítimas em virtude da evolução do debate e no que nele for suscitado.

Este discurso de Mário Soares, de uma forma geral, trouxe poucas novidades, repetindo teorias já enunciadas por ele próprio e pelo Presidente da República no discurso da sua tomada de posse. Soares começaria por fazer referência ao facto do programa estar em conformidade com o artigo 191.º da Constituição, estando contemplados todos os sectores da Administração Pública.

«Um Governo formado fundamentalmente por socialistas dá certamente garantias não só à Assembleia como ao País de poder cumprir firmemente a Constituição. O programa que apresentei não será um catálogo de boas intenções, está nos antípodas das promessas demagógicas não fará promessas que se saiba antecipadamente que o Governo não pode vir a cumprir, desce ao concreto e procurará fazer uma lista de medidas concretas, algumas a aplicar imediatamente, isto é, até ao fim do corrente ano, e outras a aplicar nos anos subsequentes...»

PRAZOS

Enunciando alguns dados concretos Mário Soares diria:

«Até 15 de Novembro, o Governo apresentará o Orçamento Geral do Estado para o ano de 1977 e apresentará simultaneamente o Plano económico para o mesmo ano que incluirá o Orçamento Geral do Estado. Até 15 de Maio de 1977 o Governo compromete-se a apresentar à discussão desta Assembleia o plano quadrienal para a época de 1977 a 1980, e até 15 de Outubro, o Governo compromete-se a apresentar a esta Assembleia o plano a longo prazo que pensamos que será um plano de 15 anos, e que definirá o horizonte dos anos 80 para Portugal.»

Depois de salientar a necessidade de um bom entendimento e cooperação entre o Presidente da República e do Governo, que no caso do P. S. terá toda a razão de ser em virtude do partido estar incluído na maioria presidencial, Mário Soares falaria numa nova vivência que pretende imprimir às relações futuras de todas as forças políticas portuguesas:

«O Governo deseja estabelecer um novo estilo nas suas relações com a Oposição, e com os partidos representados na Assembleia. Durante muitas décadas os opositores eram proscritos e não tinham nem tiveram qualquer estatuto. O Governo define, em obediência ao que considera ser a regra fundamental da democracia pluralista que em democracia tão útil é ao País o Governo como a Oposição e que terão iguais direitos em absoluto o Governo, os partidos do Governo e os partidos da Oposição sejam eles quais forem. Para isso é necessário que o Governo mantenha a Oposição permanentemente informada e respeite escrupulosamente o estatuto dessa mesma Oposição.»

Depois retomaria já conhecidas teses ao afirmar que o País está cansado de viver sobre o provisório e que a democracia é possível em Portugal, que o País está cansado de palavras, que a nossa crise é de identidade nacional, abordando algumas das causas mais profundas da crise da nossa economia.

Apesar dessa crise, das dificuldades financeiras que são consequência da crise económica e que a avolumam, o Governo tem confiança, o Governo está convencido de que é capaz, com o concurso do povo português, com o concurso desta mesma Assembleia, de, segundo a fórmula que usamos desde há muito, vencer a crise e salvar a Revolução. Mas ao mesmo tempo que faz esta afirmação de confiança no destino de Portugal e dos portugueses, o Governo diz que não há tempo a perder, que o tempo urge e que é necessário que o povo português trabalhe, mas trabalhe duramente, que trabalhe em disciplina e que possa trabalhar em paz. É isto que o Governo procura assegurar a todo o povo português. O Governo, como disse, acredita nas virtualidades da democracia política, desde que as regras do jogo não somente político mas também económico e social, estejam bem definidas à partida e possam ser respeitadas. Pensa o Governo que isso se deve fazer no respeito mais absoluto pela Constituição.

LUTA DE CLASSES

«O Governo não ignora, naturalmente, a existência da luta de classes. O Governo não ignora a existência de conflitos entre grupos sociais diversos, mas o Governo sabe e pretende fazer com que o povo português, por inteiro, tenha compreensão deste facto: que em democracia os conflitos, todos os conflitos, se dirimem na concertação e no diálogo» — diria mais à frente Mário Soares, antes de se referir ao problema da greve.

«A greve é o último recurso, é a última arma à qual se deve, apenas, recorrer em último caso, sendo certo que as classes trabalhadoras, da mesma maneira que devem saber como iniciar uma greve, devem ter também o sentido da responsabilidade para a saber terminar a tempo.»

Mário Soares defenderia mais à frente o interesse do Governo na execução de uma «política de acalmia», para falar seguidamente do socialismo como meta a atingir. Garantiria que serão consolidadas, expandidas e desenvolvidas as grandes conquistas da Revolução, evitando-se ao mesmo tempo a degradação das estruturas produtivas.

Noutro passo da sua intervenção:

«Precisamos de assegurar a expansão da nossa economia e de lutar contra o desemprego. Não é uma tarefa fácil lutar contra o desemprego, e eu não seria responsável se dissesse que o Governo tem a intenção de extirpar o desemprego a curto prazo porque isso não é possível, nem ao actual Governo nem a qualquer outro.

«Não poderá, a curto prazo, resolver o problema, pelo que temos, por intermédio da nossa diplomacia, assegurar que continuem movimentos emigratórios de trabalhadores portugueses para o estrangeiro, nas condições de protecção e de defesa dos seus interesses, o melhor que nos for possível.

«Finalmente é objectivo do Governo realizar uma política de independência nacional, uma política diversificada de relações de cooperação e amizade com todos os países do Mundo, independentemente dos seus regimes políticos e sociais, política essa que deve ser posta ao serviço do desenvolvimento da economia portuguesa, da protecção dos interesses portugueses e ainda da protecção dos nossos trabalhadores emigrados, acerca dos quais não temos estatísticas muito concludentes, mas estimamos nunca menos em 2 500 000 portugueses.

«Como foi dito no discurso de posse, faremos uma política diversificada, mas uma política que claramente faz uma opção europeia. Portugal, no entender do Governo, é um país europeu e só tem a beneficiar, para o desenvolvimento das relações com as suas ex-colónias, com a integração europeia. Por isso o Governo tenciona requerer a adesão de Portugal ao Conselho da Europa e a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia — Mercado Comum —, através da abertura de negociações que são necessariamente negociações lentas e demoradas e que estimamos não poder dar por concluídas num prazo nunca menos de três anos.

«Estas são, digamos, as grandes linhas da política que enformam o programa do Governo formado pelo Partido Socialista.»

Frente aos deputados que irão decidir a aprovação ou rejeição do seu programa, os membros do I Governo Constitucional dos últimos cinquenta anos

ATÉ DIA 11 A DISCUSSÃO DO PROGRAMA

O debate sobre o programa do Governo começa depois de amanhã, a solicitação do deputado Carlos Brito (P. C. P.), no uso da faculdade concedida pelo Regimento.

No debate intervirão deputados de todos os grupos parlamentares e partidos não constituídos em grupo, bem como o primeiro-ministro e quaisquer membros do Governo. Cada grupo parlamentar e o Governo terão o direito de usar da palavra pelo período global não superior a três horas, e cada partido não constituído em grupo parlamentar, pelo período global não superior a uma hora.

Após as intervenções previstas no artigo anterior, o debate terminará na próxima quarta-feira, dia 11, com intervenções de um deputado de cada partido e do primeiro-ministro que o encerrará. Até ao encerramento do debate, e sem prejuízo deste, poderá qualquer grupo parlamentar apresentar uma moção de rejeição do programa do Governo, e durante o debate não existirão períodos de antes da ordem do dia.

Segundo conseguimos apurar a RTP transmitirá em directo, a partir de quinta-feira, das 15 horas at ao encerramento do debate, todas as cinco sessões em que será discutido o programa do Governo.

TRANSMISSÃO DA RTP

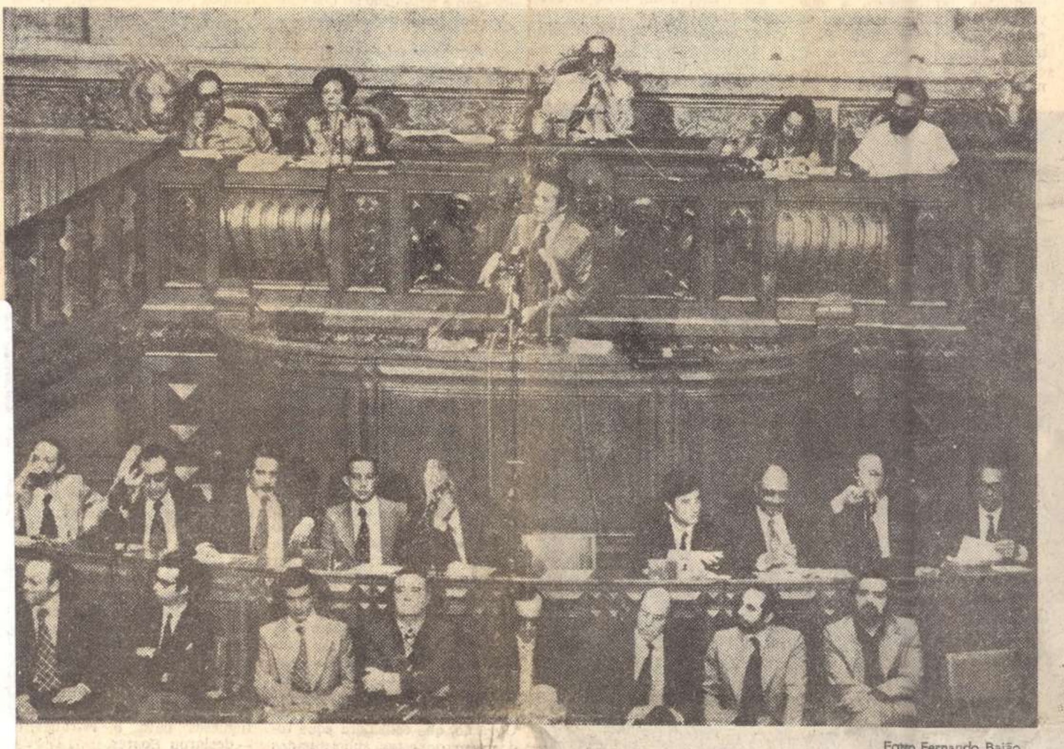
A RTP transmitirá esta tarde, entre as 18.30 e 20.30 horas, através do seu I Programa, uma reportagem ontem gravada na Assembleia da República e que documenta a fase posterior à apresentação pelo primeiro-ministro da síntese do programa do Governo.

Trata-se, portanto, do período em que os partidos não governamentais, representados na Assembleia, interpelaram Mário Soares e que encerrou com as respostas do primeiro-ministro a todas as questões que lhe foram postas.

O SECULO
3/8/1976
Director: JOÃO GASPAR SIMÕES — Director-adjunto: MANUEL MAGRO

NÃO UM CATÁLOGO DE BOAS INTENÇÕES

— garantiu Mário Soares ao apresentar o Programa do Governo



Fotto Fernando Baião

Atentamente escutado pelos deputados e pela assistência que enchia as galerias de S. Bento, o Primeiro-Ministro apresenta e justifica o programa do seu Governo. No plano inferior o elenco ministerial

Um programa de reformas, extenso e pormenorizado, para tentar fazer face a uma situação de crise profunda em quase todos os sectores da vida nacional — foi o que Mário Soares apresentou ontem ao País, perante a Assembleia da República, num discurso que se prolongou (com intervalos) por mais de três horas.

Pela primeira vez, no último meio século, o Primeiro-Ministro foi ao Parlamento pedir-lhe formalmente o seu veredicto sobre o plano de acção do Governo. E embora o conteúdo das 260 páginas dactilografadas que constitui o Programa tenha realmente permanecido ignorado até ao momento da sua divulgação, ele corresponde, nas suas linhas gerais, às previsões que os principais partidos vinham fazendo.

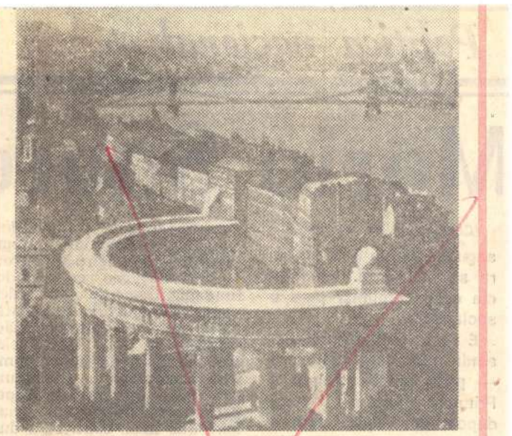
Largamente dominado pela preocupação de reequilibrar a situação económica, que o próprio Primeiro-Ministro não deixou de descrever em tons negros, o extenso Programa prenuncia duros sacrifícios para os próximos tempos — condição necessária,

(Continuação na 2.ª página)

Objectivos e metas fundamentais a atingir pelo gabinete socialista

ção, que o Governo integralmente respeita. Porém, é importante balizar des-

(Continuação na 4.ª pág.)



Ruiu «de fadiga» a ponte de Viena

VIENA, 2. — Funcionários municipais pensam hoje que a «fadiga do material» foi a causa mais provável do espantoso desmoronamento, antes do alvorecer de ontem, da principal ponte rodoviária de Viena sobre o Danúbio. Quatro pessoas desapareceram, julgando-se que tenham morrido afogadas, após a ponte de suspensão, quase deserta, ruir e se despenhar nas águas do rio. As autoridades disseram que as primeiras investigações excluíam a hipótese de uma explosão. Contudo, as autoridades camarárias socialistas enfrentam hoje perguntas difíceis acerca do desmoronamento, que o presidente do Município, Leopold Gratz, disse poder ter sido «uma catástrofe inacreditável» se acontecesse na hora de ponta, à tarde. Jornais vienenses afirmam que a razão do colapso foi «schlamperei» («desleixo»). Contudo, Gratz disse à Imprensa que a Reichsbruecke, construída há 40 anos, era vistoriada todos os meses e inspeccionada de alto a baixo uma vez por ano. — (R.)

Foto Fernando Baião

Momento de boa disposição de Mário Soares, num dos intervalos da sua longa exposição à Assembleia da República. Reconhecem-se (à esquerda) Mário Firmino Miguel, ministro da Defesa, e Medina Carreira, ministro das Finanças

FEIRA POPULAR
abre hoje às 19 horas
• HABILITE-SE IMEDIATAMENTE A DOIS AUTOMÓVEIS TOYOTA

Mário Soares apresenta e justifica o Programa

(Continuação da 1.ª pág.)

segundo Mário Soares, para se manter a democracia e se caminhar para o socialismo.

A hipótese da rejeição

Orçamento e plano até 15 de Novembro

Crise profunda

Não haverá socialismo «contra a vontade do povo»

«A época dos saneamentos acabou»

Eleições para as autarquias dentro dos prazos constitucionais

Foto Fernando Baião

Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, em conversa amena com António Barreto e Medeiros Ferreira, ministros do Comércio Externo e dos Negócios Estrangeiros

Acesso por igual a todos os órgãos de comunicação

Coexistência concorrencial entre o sector público e o privado

Continuação dos movimentos migratórios

Queda dramática da taxa de poupança

Metade dos subsídios de Natal em títulos de dívida pública

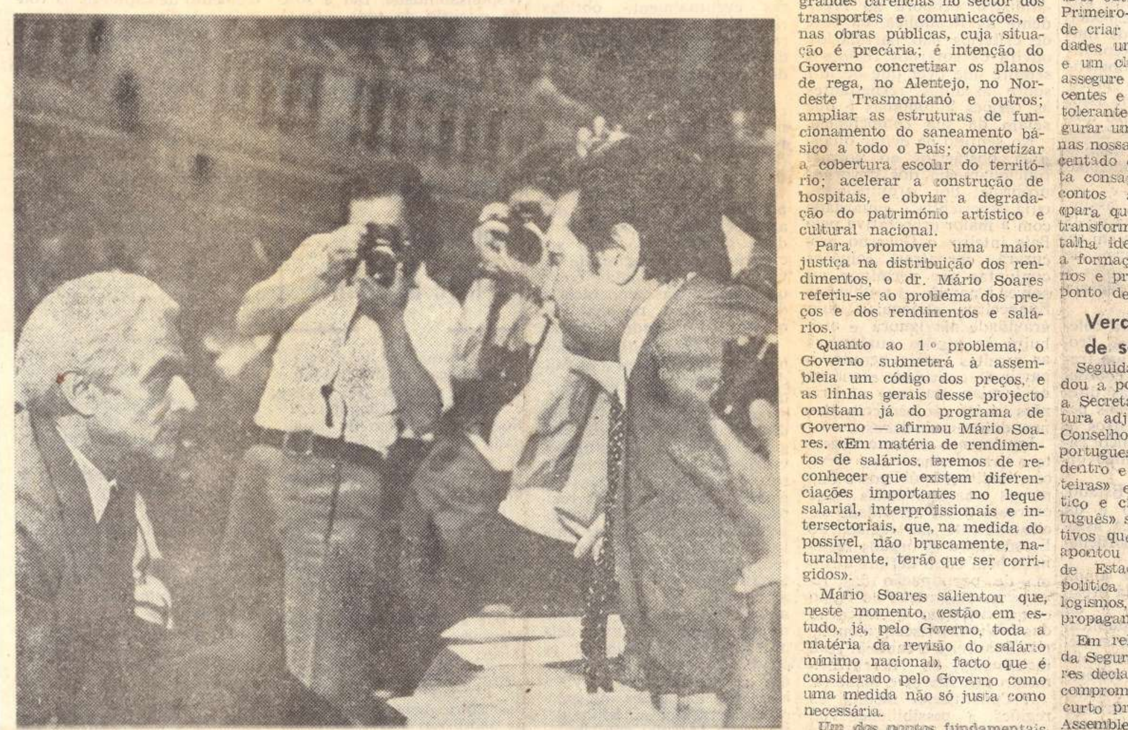


Foto Fernando Baião

Álvaro Cunhal ouvindo atentamente o Primeiro-Ministro

O turismo está a registar ligeira recuperação

Verdadeira política de segurança social

Foto Fernando Baião

Diálogo (breve) entre o Chefe do Governo e Freitas do Amaral

Foto Fernando Baião

O Primeiro-Ministro não deixou de dialogar com o combativo (e solitário) deputado da UDP

DIÁRIO POPULAR
LISBOA
5 AGO. 1976

REESTRUTURAÇÃO DO INATEL SÓ DEPOIS DO CONGRESSO SINDICAL — DEFENDEM OS BANCÁRIOS DO SUL

Num comunicado emitido sobre a reestruturação do Inatel, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas manifestou a sua posição da seguinte forma:

«Considerando que o Inatel é uma organização que pode tornar-se apta a servir os interesses e necessidades dos trabalhadores, através de actividades de ocupação dos tempos livres que poderão contribuir para o seu desenvolvimento político, social e cultural, o Inatel deverá ser exclusivamente administrado livre e democraticamente pelos trabalhadores representados pelas suas organizações de classe» — (...) «Assim, a reestruturação deste instituto deverá ser desencadeada logo após a urgente realização do congresso democrático de todos os sindicatos, para a unidade, por forma a que todos os sindicatos tenham nela activa e representativa participação.»

O INATEL NÃO TEM «SÉRIAS DIFICULDADES FINANCEIRAS»

O gabinete de informação e relações do Inatel rectifica através de um comunicado agora emitido o teor de uma notícia publicada na generalidade da Imprensa versando o encontro nacional de sindicatos e comissões de trabalhadores que se realizou no dia 31 de Julho último.

O Inatel precisa que no encontro estiveram representados 43 sindicatos, 7 comissões de trabalhadores, 10 uniões sindicais, 1 federação sindical e 9 delegações distritais do Inatel, totalizando cerca de 200 participantes.

O comunicado adianta depois que não foram alterados 15 artigos dos estatutos da ex-F. N. A. T., mas debatidas sugestões de alteração e aprovados 15 artigos dos estatutos do Projecto de Reestruturação da F. N. A. T., que foi apresentado ao Ministério do Trabalho e é da responsabilidade da comissão administrativa e da comissão de reestruturação do Inatel.

Referindo uma passagem noticiando «...que a orientação do Inatel deverá ser doravante da responsabilidade dos trabalhadores e seus organismos sindicais e não do Ministério do Trabalho», o comunicado corrige: «sobre este ponto foi aprovado sectorialmente e ratificado depois em plenário que ao Inatel deveriam superintender na sua orientação a Intersindical Nacional com a participação do Estado (alterando assim o art.º 2.º do Projecto de Reestruturação, que dizia que superintendem na orientação do Inatel o Estado e a Intersindical Nacional).»

O comunicado esclarece por fim que o Inatel não se encontra a braços com sérias dificuldades de ordem económica, embora esteja longe de ser desafogada a sua situação de financiamento.

SOLIDARIEDADE COM UM MEMBRO DA C. A. DO INATEL DEMITIDO POR TOMÁS ROSA

Entretanto, apresentada pela União dos Sindicatos de Coimbra, Sindicatos dos Escritórios de Coimbra, Metalúrgicos de Coimbra, Metalúrgicos do Porto, União dos Sindicatos do Porto, Químicos do Sul, Químicos de Lisboa, Metalúrgicos de Setúbal, União dos Sindicatos de Setúbal, União dos Sindicatos de Lisboa, foi aprovada (com três votos contra e uma abstenção) a seguinte moção:

«Os trabalhadores, reunidos no dia 31 de Julho de 1976, no Instituto Superior Técnico, no primeiro Encontro Nacional de Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, organização conjunta do Inatel e da Intersindical Nacional, lamentando a ausência do dr. Sabino Carlos Matos Guedes Lebre, e ao serem informadas da sua exoneração de membro da Comissão Administrativa do Inatel, em representação do Ministério do Trabalho, levada a efeito nos últimos dias de função do ex-ministro do Trabalho Tomás Rosa, repudiam tal exoneração, exprimem publicamente todo o seu reconhecimento pela actividade desenvolvida por aquele enquanto ao serviço do Inatel, tomando o mesmo extensivo aos camaradas Fernando Chambel e Rogério Paulo, ainda em funções na C. A. como representantes dos sindicatos.»

JORNAL DO COMÉRCIO
LISBOA
5 AGO. 1976

A REESTRUTURAÇÃO DO I.N.A.T.E.L. DEVERÁ COMEÇAR DEPOIS DO CONGRESSO DOS SINDICATOS

— considera a direcção dos bancários do sul

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas manifestou a sua posição em relação à reestruturação do INATEL, em comunicado agora distribuído.

«Considerando que o INATEL é uma organização que pode tornar-se apta a servir os interesses e necessidades dos trabalhadores, através de actividades de ocupação dos tempos livres que poderão contribuir para o seu desenvolvimento político, social e cultural, o INATEL deverá ser exclusivamente administrado, livre e democraticamente, pelos trabalhadores representados pelas suas organizações de classe» — considera a direcção.

«Assim, a reestruturação deste Instituto deverá ser desencadeada logo após a urgente realização do Congresso Democrático de todos os sindicatos, para a unidade, por forma a que todos os sindicatos tenham nela activa e representativa participação.»

O INATEL não está na bancarrota

O gabinete de informação e relações do INATEL rectifica através de um comunicado agora emitido o teor de uma notícia publicada na generalidade da Imprensa versando o encontro nacional de sindicatos e comissões de trabalhadores que se realizou no dia 31 de Julho último.

O INATEL precisa que no encontro estiveram representados 43 sindicatos, 7 comissões de trabalhadores, 10 uniões sindicais, 1 federação sindical e 9 delegações distritais do INATEL, totalizando cerca de 200 participantes.

O comunicado adianta depois que não foram alterados 15 artigos dos estatutos da ex-F.N.A.T., mas debatidas sugestões de alteração e aprovados 15 artigos dos estatutos do Projecto de Reestruturação da F.N.A.T., que foi apresentado ao Ministério do Trabalho e é da responsabilidade da comissão administrativa e da comissão de reestruturação do INATEL.

Referindo uma passagem noticiando «... que a orientação do INATEL deverá ser doravante da responsabilidade dos trabalhadores e seus organismos sindicais e não do Ministério do Trabalho», o comunicado corrige: «sobre este ponto foi aprovado sectorialmente e ratificado depois em plenário que ao INATEL deveriam superintender na sua orientação a Intersindical nacional com a participação do Estado (alterando assim o art. 2.º do Projecto de Reestruturação, que dizia que superintendem na orientação do INATEL o Estado e a Intersindical Nacional).»

O comunicado esclarece por fim que o INATEL não se encontra a braços com sérias dificuldades de ordem económica, embora esteja longe de ser desafogada a sua situação de financiamento.